

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

DEFINIÇÕES DE HISTÓRIA EM ALGUNS MANUAIS INTRODUTÓRIOS

João Ernani F. Filho
Universidade Federal do Ceará (UFC)
jernanif@hotmail.com

A História – entendida como área do conhecimento, disciplina escolar ou formação acadêmica – tem também a sua própria história. Essas várias institucionalizações (ocorridas em momentos diferentes) pressupuseram a existência de um cabedal de saberes lecionáveis. Para o nível universitário, especificamente, os manuais do tipo “Introdução aos Estudos Históricos” permitem rastrear indícios concernentes aos ideais de legitimação, bem como sobre as intenções de firmar algo como um “código disciplinar” (expressão usada por Cuesta Fernández) da prática historiadora. Tais compêndios almejavam difundir princípios de crítica das fontes, interpretação dos testemunhos e exposição das análises. Enfocavam métodos e espraiavam-se, às vezes, pela Filosofia da História (na acepção de significado e destinação da marcha da Humanidade). Buscavam, ademais, traçar os limites e interseções em relação a outros domínios e especialidades. A História, assim, podia ser aproximada ou discernida das artes, da erudição, de uma sabedoria semelhante a dos provérbios, das ciências e até do campo religioso. Dizer que os livros de iniciação aos estudos históricos comunicam a historicidade desse *métier* é falar também de conflitos, ou ao menos de concepções variadas e nem sempre consensuais. As explicações sobre o que é a História são um tópico recorrente nessa bibliografia. O exame de algumas dessas definições é o objeto do presente esboço. Por imperativos de concisão, foram selecionados três manuais franceses que marcaram, em períodos diversos e a partir da experiência brasileira, a formação dos(as) ingressantes nos cursos superiores: Langlois e Seignobos, editado em fins do século XIX, tido como breviário da chamada “escola metódica”; a apologia ao ofício de historiador, exercício intelectual e existencial de Marc Bloch, manuscrito nas condições trágicas da 2ª Guerra Mundial e postumamente publicado; por fim, o livro de Jean Glénisson, fruto das aulas ministradas na Universidade de São Paulo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

* * *

Charles Seignobos (1854-1942) e Charles-Victor Langlois (1863-1929) são autores de *Introduction aux Études Historiques*, lançado em 1898. Lecionavam na Sorbonne, na ocasião, Langlois era “Chargé de Cours”, sendo Seignobos um “Maître de Conférences”. A elaboração do livro, apesar de revisto por ambos, seguiu certa divisão de tarefas: Langlois, que já havia escrito um *Manuel de Bibliographie Historique*, redigiu os capítulos acerca dos conhecimentos prévios e das operações analíticas, além de suplemento concernente ao ensino superior de História na França. Seignobos compôs as partes referentes à crítica interna e às operações sintéticas e um apêndice tratando do ensino secundário de História. A influência do manual de Langlois e Seignobos extrapolou seu país de origem. A partir de algumas de suas notas de rodapé, contudo, é possível surpreender um misto de respeito e ranço em relação a outras obras do tipo, a saber, *The Methods of Historical Study*, série de oito conferências proferidas por Edward Augustus Freeman na Universidade de Oxford, editada em 1886, e principalmente, o *Lehrbuch der Historischen Methode*, de Ernst Bernheim, saído em 1894. Mais que vaidade pela primazia da publicação ou prestígio pela definição do formato dos compêndios de metodologia histórica, intui-se algo daquilo que Claude Digeon diagnosticou como “a crise alemã do pensamento francês”, a sombra de Sedan, sentida muito além da conflagração armada, quando a Terceira República Francesa surgia da derrota para o Segundo Império Alemão. O ímpeto de revanche convivia com estranho sentimento de admiração pelas realizações militares, acadêmicas e artísticas do inimigo. A vanguarda (que não deixa de ser um jargão dos exércitos) parecia ditada pelas academias alemãs. Além dos campos de batalha, a impressão era a de que a derrota gaulesa passava pelos gabinetes políticos, chancelarias diplomáticas, escolas e universidades. No âmbito das ciências do espírito, algumas das discussões mais acaloradas diziam respeito à História¹. Charles Seignobos viajou ao outro lado do Reno em 1879, com vinte e cinco anos de idade. De suas observações, publicou em 1881, relatório sobre *L’enseignement de l’histoire dans les Universités allemandes*: da constatação de que as faculdades germânicas não eram tudo aquilo que se imaginava

¹ “Cette influence intellectuelle de l’Allemagne se manifeste particulièrement en histoire et c’est dans ce domaine que les discussions sont peut-être les plus significatives” (DIGEON, 1959, p. 373).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vinha o augúrio de tudo o que o ensino superior francês poderia ser. A história merecia ser tratada como algo mais que um anexo da filologia. E havia, ainda, a evitar os extremos dos idealismos e os pessimistas. Do lado francês, pesavam o clericalismo e os domínios coloniais. A eficácia prática dos métodos científicos germânicos projetava-se como assombro, nos sentidos de ameaça e atração. Mesmo que não se impusessem como doutrina, os exemplos alemães suscitavam ideais de emulação. O breviário de Langlois e Seignobos foi tachado de ser rele versão do tratado de Bernheim.

O manual de Langlois e Seignobos, curiosamente, não apresenta uma conceituação do que seria a história. Fala-se em profissão, disciplina ou ciência; sem, contudo, precisar qual o seu objeto. Ao abordar o tópico das “ciências auxiliares”, aparece, tangencialmente, a noção de história como “estudo do passado” (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1946, p. 34). No mais das vezes, porém, a história é definida pela negativa, estipulando-se condições e relações necessárias (embora, não suficientes) para sua realização. Daí, os aforismos segundo os quais “onde não há documentos não há história” (p. 15 e 23) e “sem erudição não há história” (p. 80). O esforço dos autores é dedicado muito mais à qualificação do que seriam os “fatos”. Assim, é lícito supor que, quase como um truísmo, a história seria o conhecimento dos fatos históricos. Caracterização mais pormenorizada indica que os atos humanos diferem de acordo com as épocas e com os países e que o interesse da História estaria em estudar tais diferenças (p. 156 e 157). Isso, em alguma medida, atenua (ou mesmo anula) a imagem da História como coleção de precedentes e manancial de práticas exemplares. Na “Conclusão”, Langlois e Seignobos afirmavam que a crença na *Historia Magistra Vitae* seria uma “ilusão superada” (p. 223). Essa consideração ressoa pontos da “Advertência”, na qual os autores frisavam o antagonismo de sua perspectiva em relação às chamadas Filosofias da História, que buscavam pelo exame dos fatos assentados, desvendar constâncias e normas. Trata-se de concepção, portanto, próxima ao sentimento historista, em que o saber torna-se um meio de honrar o passado em sua alteridade. Um dos pontos sensíveis da controvérsia travada no começo do século XX, que opunha Seignobos a Paul Lacombe e François Simiand, incidia sobre se o passado como “outro” podia ser visto como “singular” e um de seus desdobramentos inquiria acerca da possibilidade de constituir-se uma ciência a partir de casos “únicos”. O termo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“positivista”, por tantas vezes esgrimido contra o manual de Langlois e Seignobos, mostra-se inapropriado, ao menos se avaliado pela observância em relação aos ideais de Auguste Comte, que pretendia conceber o futuro a partir do passado, saber para prever para prover, descobrir pela observação dos fenômenos em suas ordens de sucessão e semelhança quais as leis que regiam suas origens e desenvolvimentos.

Em obra posterior, de 1901, *La methode historique appliquéé aux sciences sociales*, Seignobos especificaria um pouco mais o sentido (dito moderno) de História, ao afirmar que tal se reduz ao estudo dos homens que vivem em sociedade, sendo a ciência dos fatos humanos do passado (SEIGNOBOS, 1923, p. 06). A referência a um sentido moderno serve para discernir que, até 1850, aproximadamente, a História era entendida como um gênero literário. Da antiguidade ao Renascimento, considerou-se que as funções principais da narrativa histórica eram agradar, comover e instruir, o que Langlois e Seignobos chamavam de “tendências apologéticas” e “pretensões didáticas”. Predominavam, portanto, preocupações com estilo e efeito. Naquele momento, diversamente, considerava-se que o principal mister da História seria o saber, o conhecimento por si. Ainda que a História fosse discernida da prosa literária, Langlois e Seignobos avaliavam que um historiador completo deveria ser preciso em sua linguagem. Ademais, a caracterização mesma da História como ciência não era simples. Na *Introduction aux Études Historiques* pondera-se que a História seria a menos metódica das ciências, porque nascida da literatura e ainda eivada de pormenores. Caso não houvesse modo de ensinar a História, isso equivalia a condená-la como ciência. Em relação ao conteúdo, a ambição de completude tornaria a História incognoscível. O ensino seria uma questão de escolha e de recortes. Restava o método; mas, mesmo assim, de uma ciência de raciocínio (pois era dita indireta), e não de uma ciência de observação, canônica, como a física ou a biologia. A partir da polêmica sociológica, Seignobos viria a considerar que a História não seria uma ciência; mas, um meio de conhecimento, uma vez que não existiam “fatos históricos” por natureza, somente por relação. Na derradeira carta a Ferdinand Lot, porém, Seignobos voltaria a afirmar, decididamente, o caráter científico da História (Apud GLÉNISSON, 1983, p. 207).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Marc Bloch (1886-1944) é autor de *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*, que acabou por converter-se em uma espécie de testamento intelectual, em face de seu assassinato por tropas nazistas durante a 2ª Grande Guerra. Não que o “manuscrito interrompido” (para usar a expressão de Massimo Mastrogregori) seja a principal obra de quem realizara *Os reis taumaturgos* ou *A sociedade feudal*; mas, certamente, é um de seus livros mais difundidos, pelas variadas traduções e pela larga adoção como manual de introdução aos estudos históricos. Em meados da década de 1990, Massimo Mastrogregori calculava a edição de cerca de 400.000 exemplares, mundo afora (MASTROGREGORI, 1995, p. 95). O número deve ser muito maior, pois a circulação de livros e as práticas de leitura em algumas universidades ocorrem também através de cópias. Marc Bloch queria um texto que explicasse “como e porque razão trabalha o historiador” (cogitado inicialmente como título) e dedicou-se a ele de fins de 1940 a meados de 1943, circunstâncias em que concomitantemente redigia *A estranha derrota*. A primeira edição foi lançada no verão de 1949, de um modo que, hoje, afigura-se até desabonador para Lucien Febvre². A edição brasileira data de 2001 e a versão portuguesa remonta a 1965.

Lucien Febvre, no artigo “Caminhando para uma outra História” frisa que Marc Bloch não oferecia no início de *Apologia da História* uma definição longa e rígida do que seria a História, acrescentando que “toda a definição é prisão” (FEBVRE, 1989, p. 246). De fato, o esforço de síntese pode descambar para os antípodas da sensibilidade histórica. O afã de formular significação acabada e irretocável pode trair o senso da História como devir e transformação ou como obra humana, imperfeita e incompleta. As definições, contudo e amiúde, comunicam entendimentos também eles históricos, o modo de articulação do pensamento e da prática historiadoras em um determinado

² No artigo “Caminhando para uma outra História” – inserido em *Combates pela História*, escrito do Rio de Janeiro e datado de 20 de julho de 1949 – Lucien Febvre noticiava o aparecimento da *Apologia da História ou o ofício de historiador*, detalhando que a brochura estava incompleta em um quarto, talvez, até um terço. Mas, Febvre não informava quem havia realizado os cortes e as corrigendas. Atualmente, com as pesquisas de Massimo Mastrogregori e Carole Fink, além da edição crítica preparada por Étienne Bloch, há maior clareza sobre isso. Outro ponto delicado diz respeito ao hiato de aproximadamente cinco anos entre o fuzilamento de Bloch, em junho de 1944, e a publicação do livro, no início do verão de 1949. Será que, até como um tributo ao colega ou na condição de mais um “combate pela história”, não valeria tratar o texto como um documento (inclusive, dos horrores da guerra) e divulgá-lo na íntegra e o mais rapidamente possível?

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

momento e em uma situação específica. Não há obrigação de que as definições assumam forma essencialista e prescritiva. Nem sempre precisam virar prisões. Nem toda formulação carece ser fórmula. Em *Apologia da História* não há, decerto, seção específica dedicada à definição de História; aqui e ali, entretanto, pontificam impressões de Marc Bloch acerca da especificidade do “ofício de historiador”. O trecho em que Marc Bloch ajuíza a História como ciência dos homens no tempo (BLOCH, 1997, p. 89), nessa perspectiva, é muito eloquente.

Primeiramente, há a afirmação da História como uma ciência; embora, a ressalvar que na forma científica tal ofício estava na infância (em outra passagem, diz-se em gestação) e em marcha. O historiador poderia até assemelhar-se ao artesão; a História, porém, não se confundia com uma prática resolvida apenas pelo emprego de técnicas, no que Bloch recorria aos exemplos da marcenaria e da relojoaria; talvez, querendo aludir a labores supostamente executados pela estrita obediência a padrões, preceitos e procedimentos. Quem sabe se também por isso Bloch recomendava que a ciência jamais abdicasse de seu quinhão de poesia? Outro ponto é que a ideia de ciência aí incorpora e destaca os trabalhos da imaginação e as forças da sensibilidade, o que pode querer enunciar o aspecto humano, não somente do objeto, mas também do agente desse conhecimento. E o humano seria diverso. Nesse sentido, Bloch rememorava a concepção de História como “ciência do homem”, de Michelet e Fustel de Coulanges, gênios românticos que haviam sido os mestres da geração metódica do pai de Marc (Gustave Bloch era Professor de História Antiga na Sorbonne, companheiro, dentre outros, de Seignobos). Ao relembrar o dito, todavia, fazia questão de acrescentar-lhe o plural, que ele dizia ser a “forma gramatical da relatividade” (BLOCH, 1997, p. 88). Bloch foi entusiasta das análises comparativas, o que podia favorecer o destaque à variedade e à invenção nas realizações humanas. Comparar é perceber diferenças, não é o mesmo (e pode até ser antinômico) à idealização de escalonamentos. São as hierarquias, aliás, que no mais das vezes, operam a partir da projeção de uma essência ou modelo. A forma plural sugere, ainda, que essa História não enfocava somente os chamados grandes personagens ou heróis. São homens em coletividades, em grupos, em relações sociais; e não tanto aqueles encarnados no retrato e louvor de indivíduos célebres. Por fim, há a ênfase ao aspecto da “duração”, a partir da especificação de que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

os homens estão no tempo. Destacam-se aí as noções de movimento, mudança e diferença. Acerca do aspecto temporal, convém lembrar que Bloch criticava a visão de História como “ciência do passado” (BLOCH, 1997, p. 86). Os termos da expressão soavam-lhe até incongruentes. A leitura aqui é a de que não se tratava de eleger uma fração do tempo; mas, que caberia meditar sobre as transformações que ocorriam através de algo que se projetava contínuo, como um seguimento. Seus interesses abrangiam as mudanças nos homens suscitadas pelo tempo (o feito psicológico de muitos fatos), mas, principalmente, as mudanças promovidas pelos homens e ocorridas no tempo. Na *Revue de Synthèse Historique*, coordenada por Henri Berr, Marc Bloch publicou em 1928 o artigo “Para uma História comparada das sociedades europeias”: não era a tônica, mas, nesse texto, Bloch falava em um “entendimento são do passado” (BLOCH, 1998, p. 122). Será que ressoavam aí as marteladas de Nietzsche na *Unzeitgemäße Betrachtungen II. Vom Nutzen und Nachtheil der Historie für das Leben*, que enfocava o que as traduções vertem como febre, enfermidade ou doença da História e que se convertia em culto necrófilo e saudosista do passado? Bloch explicava esse “entendimento são do passado” como uma “sensação de diferença”, um “choque mental”, inclusive, um “exotismo”. Isso, à medida que mais coisas não contemporâneas (genericamente semelhantes, mas também, especificamente diferentes) eram melhor conhecidas. Aspecto importante no aprendizado histórico era o da prevenção contra os anacronismos. O livro de Marc Bloch foi lançado em meados de 1949. Em breve tempo, Sérgio Buarque de Holanda já publicaria resenhas como “Apologia da História” (18/07/1950) e “O senso do passado” (13/07/1952), nas quais salientava a diferença e a oposição entre História e nostalgia; além de advertir contra o “pecado” (essa a designação usada por Bloch) do anacronismo, que costuma insinuar-se em dupla via: tanto a julgar o passado pelas normas, condutas e realizações do presente, quanto querendo regular o presente segundo e seguindo padrões e possibilidades do passado. Sérgio Buarque teve compreensão muito abrangente e profunda da ideia (que, no livro de Marc Bloch não aparece tão destacada, embora, seja radical e decisiva) de que a História é uma coleção de experiências, e não de precedentes (BLOCH, 1997, p. 46).

A “ciência dos homens” também está no tempo; ou seja, sujeita ao movimento e à mudança. Os “fenômenos” do passado são inalteráveis, mas, as pesquisas, as

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

interpretações e os conhecimentos a esse respeito estão em marcha e em transformação. Cada presente teria maneiras próprias de se relacionar com o passado. Os estudos históricos são percebidos em sua historicidade. Os “aperfeiçoamentos” no ofício de historiador não derivariam somente do acúmulo de resultados ou da estrita coerência com pesquisas anteriores; a dúvida é saudada como recurso metodológico e a diferença bem-vinda nas análises e sínteses. Marc Bloch posicionava-se sobre a geração anterior de historiadores de forma respeitosa (afinal, seu pai era um deles), mas, sem esconder que muitos ideais e ideias eram distintos, que concepções e procedimentos haviam mudado. Logo no início de *Apologia da História*, Bloch referia-se ao manual de Langlois e Seignobos, considerando-o um “livro justamente célebre” (BLOCH, 1997, p. 75), com o adendo de que havia sido aluno dos dois autores e que um dos ensinamentos prezados era de que a contradição entre as gerações de investigadores faria progredir os estudos históricos.

*

Jean Glénisson (1921-2010) chegou ao Brasil em 1958 e sua estada duraria aproximadamente dois anos. Na Universidade de São Paulo (USP) a presença de docentes estrangeiros era corriqueira desde a fundação, em meados da década de 1930. Em diferentes momentos, os cursos de Ciências Humanas contaram com o contributo de nomes como Jean Gagé, Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines, Émile Coornaert, Louis Papy, Émile Leonard, Philippe Wolff, Pierre Gourou, Roger Bastide, Michel Vovelle, Joaquim Barradas de Carvalho, Antonio José Saraiva, Stuart Schwartz, Michel Foucault, Adeline Daumard, Jean-Pierre Vernant, dentre outros. A atuação de tais intelectuais enriqueceu o panorama acadêmico nacional; contudo, a vivência brasileira foi também decisiva em muitas dessas trajetórias, que o digam os exemplos de Fernand Braudel, a fazer analogias entre a duração ligeira dos eventos e a fosforescência de vagalumes avistados em uma noite na Bahia ou o ambiente dos trópicos na antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss.

Editorialmente, o volume de Jean Glénisson devia servir como iniciação teórica e metodológica à *História Geral da Civilização Brasileira*, coordenada à época por

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Sérgio Buarque de Holanda e posteriormente prosseguida por Boris Fausto. Os textos que serviam de base às aulas na USP foram traduzidos pelo professor Pedro Moacyr Campos, que adicionou da própria lavra importante “Esboço da historiografia nos séculos XIX e XX”. A edição trazia, ademais, capítulo acerca de “Algumas tendências da Historiografia Contemporânea”, síntese feita por Emília Viotti da Costa, do X Congresso Internacional de História, ocorrido em Roma. Emília Viotti integrou o corpo docente do Departamento de História da USP de 1955 a 1969. No volume *Conversas com Historiadores Brasileiros*, organizado por José Geraldo Vinci de Moraes e José Marcio Rego, a professora Emília Viotti avalia que Jean Glénisson prestou contribuição valiosa para o desenvolvimento dos cursos de Introdução aos Estudos Históricos e que o livro daí decorrente serviu de orientação para a criação de disciplinas análogas, em outros pontos do Brasil (MORAES; REGO, 2002, p. 72/73). Na USP, o curso introdutório inexistia à época da implantação do nível superior em História: o início da graduação remonta a 1934 e a “cadeira” de Introdução aos Estudos Históricos data de finais da década de 1950. Emília Viotti da Costa, que participou da organização de tais estudos, esclarece que os objetivos abrangiam noções de teoria da história, de história da historiografia e enveredavam por exercícios de orientação à pesquisa. A bibliografia selecionada – com títulos de Friedrich Nietzsche, Benedetto Croce, Ernst Cassirer, Robin George Collingwood, Gustaaf Johannes Renier, Johan Huizinga – permite supor que as questões teóricas iam além da epistemologia e dos pormenores metodológicos, alcançando também meditações acerca do significado e o sentido dos acontecimentos e sobre os limites e possibilidades da agência humana. Isso, pela polissemia mesma do vocábulo história.

Jean Glénisson percebia, então, a dificuldade de chegar-se a uma definição categórica do termo História; a palavra, em vários idiomas, guardaria um traço ambíguo, pois, no decorrer das eras, havia sido concebida de diferentes maneiras. Em sucinto panorama por diversos povos e temporalidades, Jean Glénisson observava que grandes culturas, como as da Índia e do Egito, pareciam não ter sentido grande necessidade de fixar a lembrança de seus grandes empreendimentos. A tradição historiográfica no Ocidente estaria, assim, ligada à Grécia. Em exame etimológico, o autor assinalava que o vocábulo grego *ιστορία* derivava de *ἵστωρ*, assemelhando-se à

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

noção de testemunho, indicando a confirmação de um acontecido por alguém que teria participado, visto ou ouvido. História designava investigação, procura, pesquisa. Dizia de um esforço, mas, também, dos resultados daí decorridos, o saber atingido, fosse ele referente à natureza, à filosofia ou aos feitos passados. Com Heródoto, especifica-se o sentido de busca do conhecimento das coisas humanas. Entre autores romanos, mesmo que “histórico” pudesse ser usado na acepção de quadro e representação teatral (ou até por isso mesmo) ocorreram tentativas de distingui-lo de sobrenatural, mitológico ou inverídico. Glénisson sublinhava que a pergunta sobre o que é a história era de difícil resposta e elencava, então, três sentidos mais comuns: os de realidade, conhecimento e obra. Como realidade, história denotaria o conjunto de fenômenos da vida da humanidade, o movimento do mundo e das coisas. Como saber, a história designaria um espírito e um método. O espírito seria o de almejar alguma objetividade, na suposta vitória dos homens sobre os deuses; ou seja, as explicações para os acontecimentos deviam ser buscadas na ação de indivíduos e grupos, e não mais ou tanto na intervenção de deidades e titãs. O método radicaria em observação, pesquisa e crítica que – ainda que subjetivas – intentariam separar os chamados fatos dos prodígios sobrenaturais e das lendas. Por fim, feito obra, história definiria o registro, a súmula, o relato escrito das observações realizadas (GLÉNISSON, 1983, p. 11-17).

Mais que empreender uma definição taxativa do termo, Jean Glénisson recenseava tentativas de conceituação por literatos, filósofos e historiadores. No epílogo de *Guerra e Paz*, Tolstoi afirmara que o objeto da história seria a vida dos povos e da humanidade. Henri Pirenne julgava que a maioria das pessoas não atinaria para a mudança das coisas. Essa a diferença principal da consciência histórica, atentar para as transformações e procurar suas razões. Collingwood pensava a história como uma pesquisa sobre o que é o homem, enquanto Toynbee falava das ações e experiências de personalidades. Piganiol percebia a história como uma espécie de “memória coletiva” da humanidade e Gabriel Monod realçava as relações de conexão ou dependência, bem como os traços sobre as origens, sucessão e desenvolvimento no conjunto das manifestações da atividade e do pensamento humanos. Marc Bloch proclamara o homem como objeto da história; ao passo que Henri Marrou entendia a história como conhecimento do passado (GLÉNISSON, 1983, p. 12-13). Jean Glénisson esclarecia em

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nota de rodapé que várias das conceituações apresentadas haviam sido coligidas por André Piganiol no artigo “Qu’est-ce que l’histoire?”; contudo, não detalhava quais os critérios de seleção dos excertos ou dos autores citados, nem discutia dentro da obra de um mesmo autor nuances ou definições plurais.

Ao analisar a institucionalização e os desenvolvimentos do ensino superior – nos Oitocentos e a partir da Alemanha, com os seminários, as monumentais coleções de documentos e a história praticada em sua forma acadêmica – o que figurara como “verdadeira revolução no gênero histórico” (GLÉNISSON, 1983, p. 20), Jean Glénisson insinua subscrever a ideia de que a história exigia uma educação especial. Decorre daí a afirmação da história como algo lecionável e, inclusive, científico. Reconhecia-se, contudo, que o “espírito histórico” sofria os mais diversificados influxos: de filosofias, religiões, doutrinas econômicas, sistemas políticos e teorias sociais. Os manuais introdutórios encontrariam sua justificativa e utilidade ao colocar “ao alcance do amador de história o instrumento que poderá convertê-lo um historiador consciente” (GLÉNISSON, 1983, p. 05). Amador alude ao não profissional; em alguma medida, porém, diz também daquele que ama. É como se o sentimento, a atração ou algo que pudesse ser visto como pendor tivesse que ser corrigido ou disciplinado pelo aprendizado de métodos e técnicas.

Para Jean Glénisson, a história – entendida como disciplina, ciência ou ofício – figurava com fronteiras também indecisas e movediças. Estabeleciam-se limites e liames entre o fazer de historiadores e, dentre outros, aquele dos arqueólogos, cientistas sociais, filósofos, economistas e geógrafos. Glénisson fazia reparos, além disso, ao uso da expressão “ciências auxiliares”, para designar conhecimentos e técnicas como diplomática, esfragística, epigrafia, numismática, heráldica, papirologia, etc. O autor notava, primeiramente, os apelos à autonomia por parte dos especialistas de tais saberes, que pleiteavam o estatuto de ciências fundamentais, e não meramente ancilares. Em seguida, Glénisson ponderava, em consonância com apontamentos de José Honório Rodrigues, que as ditas “ciências auxiliares” seriam definidas pelas temáticas, pelos recortes e pelas fontes da pesquisa; inexistiria, portanto, um cabedal de disciplinas satélites: os usos pessoais, os interesses e as investigações de cada historiador é que motivariam o diálogo com outros métodos ou teorias.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ainda que definisse a história em feitiço de disciplina ou mesmo como ciência, Jean Glénisson não demarcava distâncias ou antagonismos em relação à arte, à intuição poética e à erudição. Muito ao contrário, o autor entrevia alguma parecença entre o tino historiográfico e o talento literário. Em uma argumentação que ganharia amplitude nos anos e décadas seguintes, Glénisson percebia a história como uma “encenação” (GLÉNISSON, 1983, p. 202). A palavra, nesse caso, não indica ficção ou farsa. Sugere, muito mais, a percepção de que a história não existiria como gênero caso prevalecesse o afã de deixar os registros do passado falarem por si. Restariam somente crônicas e coleções de documentos. A “encenação” de que falava Glénisson parece ter alguma afinidade com as noções posteriores de trama, enredo ou figuração; embora, o relato tivesse compromissos com o exame, com as fontes, com o ideal de objetividade e com eventos, conjunturas e personagens. A “encenação” dizia respeito à passagem da análise ao texto e ocorria em virtude das tendências interpretativas, das concepções de mundo, das escolhas de citações e documentos e da adoção de uma ordem expositiva específica. É possível que a ideia de “encenação” reverbera uma eventual influência dos combates de Lucien Febvre, que destacava que ao invés da imagem de “dados”, caberia pensar em “constructos”, pois os elementos de uma pesquisa não eram simplesmente achados, mas sim, construídos, inclusive, teoricamente (GLÉNISSON, 1983, p. 134).

Jean Glénisson sentenciava que “um divórcio entre a erudição e a história teria como resultado o empobrecimento de ambas” (GLÉNISSON, 1983, p. 83). Tais ramos do conhecimento, todavia, nem sempre haviam caminhado juntos. Na chamada Renascença, a sabedoria dos antiquários era cultivada como atividade independente dos estudos históricos. Mais que tentar uma conceituação taxativa do que seria a história, Glénisson examinava múltiplas definições, seguindo, muitas vezes, enquadramentos cronológicos consabidos (greco-romano, bizantino, medieval, renascentista, romântico). Em sua feição moderna, nos séculos XVI e XVII, os eruditos acham-se entre teólogos, juristas, filólogos e colecionadores de vestígios materiais da antiguidade clássica; os historiadores não participavam tanto de tal entusiasmo. Isso, porque a história era pensada como “um gênero literário consagrado à exposição dos grandes feitos políticos e à atividade dos príncipes e heróis” (GLÉNISSON, 1983, p. 87) e seus modelos ainda seriam os de Tácito, Tito Lívio e Suetônio. O receio de ser ludibriado por falsários, as

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

querelas religiosas, as contendas patrióticas, o clima de racionalismo; enfim, contribuíram para a importância crescentemente atribuída às chamadas “provas documentais” e aos meios de periciar a autenticidade e a sinceridade de tais registros. A “dúvida metódica”, o cuidado com detalhes, o escrutínio dos documentos e a crítica dos testemunhos eram prezados por Glénisson e se a erudição e a história não se confundiam, ao menos podiam ser vistas como complementares.

*

O manual de Langlois e Seignobos quase não se ocupava da definição de História. É possível pinçar trechos segundo os quais a História seria o estudo dos homens em sociedade ou a ciência dos fatos humanos do passado. Entretanto, na *Introdução aos Estudos Históricos*, a virtual ausência de uma seção particular dedicada à conceituação da História ou as afirmações atinentes ao assunto (mas que beiram a trivialidade) são também significativas: os autores podiam não ter sentido necessidade de categorizar a História, talvez, porque isso fosse algo que julgassem óbvio. Subsistem, porém, os esforços de aproximar ou distinguir a História de outras práticas e ramos da inteligência, principalmente, a literatura e a erudição.

Marc Bloch lembrava que História era palavra antiquíssima (ao ponto de despertar enfado e fastio em alguns). Em outra passagem, avisava que os homens não renovam o vocabulário a cada modificação nos seus costumes. Desde o surgimento da palavra, há mais de dois mil anos, portanto, seu conteúdo se modificara diversas vezes, o que Bloch via como indício de uma linguagem viva. Discordava da denominação de ciência do passado. Preferia realçar a ideia de tempo e duração; ou seja, as relações entre as temporalidades, a dialética entre passado e presente (e, por que não, futuro?). Isso, para além (e amiúde ao invés) da perspectiva genética, que poderia descambar na idolatria das origens, quando os inícios valiam como explicação e estabeleciam os desenvolvimentos e destinações. Bloch considerava, ademais, que os exercícios intelectuais habilmente conduzidos eram à sua maneira também obras de arte e que a História não devia abandonar seu lado poético e imaginativo.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Jean Glénisson encarava a questão sobre o que é a História de modo historiográfico, passando em revista algumas denominações, de períodos variados. Criticava a analogia (empregada por Marc Bloch) entre o ofício de historiador e a prática de um “juiz de instrução”, uma vez que, além da crítica de testemunhos, sublinhava a atuação de intérprete. Ponderava que a originalidade dos estudos históricos radicava no exame dos acontecimentos em uma sequência cronológica. Tal preocupação com o tempo conferia “forma inimitável” ao conhecimento histórico. Do cuidado em fixar as durações derivava a atenção às mudanças: daí a imagem do historiador como testemunha das variações de velocidade.

O exame ligeiro das conceituações de História em alguns manuais usados para a iniciação acadêmica ou como instrumento mais abalizado aos diletantes salienta a historicidade dos estudos históricos, a variedade de abordagens e entendimentos, a riqueza de enfoques, as relações com outros ramos do saber e especialidades... A semântica alberga identificações como arte, gênero literário, erudição, ciência, meio de conhecimento, ofício ou distração. Definições de História que também têm sua história.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. Lisboa: Editorial Teorema, 1998.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Escritos Coligidos. Livro II – 1950-1979*. Edição organizada por Marcos Costa. São Paulo: Editora UNESP/Fundação Perseu Abramo, 2011.
- DIGEON, Claude. *La crise allemande de la pensée française (1870-1914)*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. 3ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- FERNÁNDEZ, Raimundo Cuesta. *Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia*. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício. A constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- FINK, Carole. *Marc Bloch. Uma vida na História*. Oeiras: Celta Editora, 1995.
- GLÉNISSON, Jean. “Uma história entre duas erudições. Notas sobre algumas práticas e alguns dogmas da atual historiografia francesa”. In: *Revista de História*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Vol. 55, Nº 110, 1977, p. 433-462.
- GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 4ª Ed. São Paulo: Difel, 1983.
- LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Editora Renascença, 1946.
- LANGLOIS, Charles; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux Études Historiques*. 2º Ed. Paris: Librairie Hachette, 1899.
- MASTROGREGORI, Massimo. *El manuscrito interrumpido de Marc Bloch. Apología para la historia o el oficio del historiador*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- PORTILHO DE NADER, Pedro Eduardo. “Histórias adversas. A confrontação entre a história dos *Annales* e a chamada história positivista”. In: *Revista USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Nº 23, Set./Out./Nov. 1994, p. 62-67.
- RODRIGUES DA SILVA, Helenice. “Charles Seignobos”. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *Lições de História. O caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
- SEIGNOBOS, Charles. *El método histórico aplicado a las ciencias sociales*. Madrid: Daniel Jorro Editor, 1923.
- VINCI DE MORAES, José Geraldo; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.